

Orientação sexual e FORMACAO CONTINUADA DE PROFESSORES: RESISTÊNCIA OU JUSTIÇA SOCIAL?

Lucelia de Moraes Braga Bassalo

Universidade de Brasília /
Universidade do Estado do Pará/
Universidade da Amazônia
lbassalo@uol.com.br

Resumo: Neste trabalho são apresentadas as tensões presentes em 140 profissionais da Educação Básica da Secretaria de Educação do Distrito Federal – SEDF, alunos virtuais do curso Gênero e Diversidade na Escola, diante dos processos de discriminação social relativos a sexualidade. A partir do referencial foucaultiano toma-se a heterossexualidade como uma matriz que se organiza de modo binário e assimétrico, e que produz estigmatização e invisibilidade. Para análise dos dados optou-se pelo Método Documentário, que demonstrou a presença de três posicionamentos distintos: negação, revisão e defesa. Olhares e atitudes que conduzem a exclusão ou justiça social.

Palavras chave: educação; justiça; diversidade.

INTRODUÇÃO

A escola é uma instituição social, formada por sujeitos concretos, inseridos histórica e culturalmente num contexto social, que modifica e é modificada pela sociedade num movimento permanente de trocas de objetivos, interesses e valores. Os profissionais da educação de modo geral, mas especialmente professores e professoras estão a cada dia diante de assuntos e temas que não tiveram chance de refletir ou estudar mais detidamente.

Atualmente diversidade sexual é o tema que desafia os profissionais da escola, e se diversidade é “o termo utilizado, em geral, para descrever a heterogeneidade de culturas que marcam a sociedade contemporânea” (MOEHLECKE, 2009, p. 461), associado a dimensão sexual refere-se a heterogeneidade das orientações da sexualidade humana.

A circulação e apropriação do conceito de diversidade na esfera pública e política articula-se à exigência de reconhecimento dos direitos civis e humanos dos novos movimentos sociais, considerados tradicionalmente como minorias. No que tange a diversidade sexual solicita-se o reconhecimento da legitimidade das múltiplas formas de expressão de identidades e práticas da orientação sexual e expressões das identidades de gênero.

A escola contribui para a formação de indivíduos e o campo dos estudos feministas vem destacando o papel da escola como instituição generificada que atua efetivamente na construção de sujeitos que podem ou não personalizar relações de submissão ou igualdade (cf. LOURO, 2008). Inserir a escola no debate sobre diversidade sexual é colocar-se a escuta do não dito ou negado pela organização escolar, e perguntar sobre a responsabilidade ética dos professores e professoras na formação das novas gerações.

Professores e professoras tem um papel singular na construção de olhares e atitudes pautados no respeito as diferenças e garantia dos direitos humanos já que a escola pode se constituir em espaço de construção de novas práticas sociais, de revisão crítica de valores e juízos pré-estabelecidos que cotidianamente classificam, segregam e discriminam homens e mulheres, garotas e garotas no espaço escolar. Contudo, os cursos de formação dos profissionais da educação não contemplam estas temáticas, restando aos/as educadores/educadoras ordenar sua prática pelo que senso comum, ou em outras palavras a norma instituída.

Cientes desta lacuna no processo formativo de egressos dos cursos de licenciatura, e diante dos avanços dos direitos civis dos homossexuais, o Ministério da Educação por meio da SECAD – Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade e da UAB – Universidade Aberta do Brasil, criou em 2008 a Rede de Educação para a Diversidade, constituída de Instituições de Ensino Superior de todo o país e que pretende enfrentar as diferentes formas de discriminação relacionadas ao sexo, a orientação sexual e a raça/etnia.

Este texto demonstra ao achados de uma análise feita a partir de discussões realizadas em ambiente virtual, o filme Milk: A voz da igualdade, contando com 140 profissionais da Educação Básica da Secretaria de Educação do Distrito Federal/SEDF, no curso Gênero e Diversidade na Escola. O estudo pretende compreender orientações coletivas que referenciam atitudes cotidianas na escola, relativas a homossexualidade, especificamente no que se refere a manifestação de afeto em espaços públicos e garantia de direitos civis.

Ponto de partida

Dito isto, gostaria de assinalar três pontos que compõem a escrita desta investigação. O primeiro diz respeito ao lugar de onde teço comentários e interpretações, pois opto por uma escrita feminista que se opõe a pretensa neutralidade do texto científico já que escrevo como mulher e professora situada histórica e socialmente. Esta posição também resiste a regra lingüística - notadamente sexista - que considera o masculino como regra geral, conduzindo na escrita do texto a sempre indicar o gênero, sem dominância de sexo, e a usar expressões que nomeiem os sujeitos diferenciando-os e não a partir do caráter universalizador da língua.

O segundo se refere a situar as interpretações desenvolvidas no campo das correntes teóricas pós-estruturalistas que consideram a sexualidade como uma construção social e uma formulação discursiva (cf. FOUCAULT, 1979) imersa numa estrutura binária e assimétrica, que tem efeito regulador, uniformizador e heterossexista (cf., LOURO, 1997; 2007). Como estratégia de saber e poder, como dispositivo, desencadeia-se ao longo do processo educacional, se inscrevendo nos indivíduos e em seus corpos, e estabelecendo parâmetros do que deve ser considerado normal ou anormal na relação entre as pessoas (cf. FOUCAULT, 1988).

O terceiro relaciona-se ao procedimento de análise dos dados, o Método Documentário, que possibilita conceber o fórum de debate online, como espaço de experiência conjuntiva (cf. BOHNSACK; WELLER, 2010), e tratar os posicionamentos dos/das cursistas como documentos textuais, uma vez que este método possibilita interpretar sentidos, intenções,

ações e predisposições mentais, uma vez que “aqueles que possuem experiências biográficas parecidas ou histórias de socialização semelhantes e que, dessa forma, dispõem de um espaço de experiências comuns, entendem-se imediatamente quando essas experiências biográficas comuns são relevantes” (BOHNSACK; WELLER, 2010, p.75-6).

Os professores e professoras objeto de análise desta investigação participaram do curso Gênero e Diversidade na Escola (GDE) que integra a Rede de Educação para a Diversidade do Ministério da Educação. O curso é ofertado na modalidade a distância por distintas universidades do país através dos pólos da Universidade Aberta do Brasil. A Universidade de Brasília, através do Grupo de Pesquisa em Educação e Políticas Públicas: Gênero, Raça/Etnia e Juventude – GERAJU, ofertou, como curso de extensão, em 2009, oito turmas, totalizando o atendimento de 240 profissionais da Educação Básica da Secretaria de Educação do Distrito Federal – SEDF.

Durante a realização do curso buscou-se promover formação continuada aos educadores e às educadoras, de modo a redimensionar suas práticas, fundamentando-as nos princípios da diversidade e igualdade social. Partiu-se do entendimento de que os fenômenos educativos relativos ao gênero, a orientação sexual e as relações étnico-raciais se relacionam de maneira complexa, e, pela exclusão social e política em desigualdades sociais. Assim, a formação proposta teve o papel de promover a análise crítica dentro dos limites da ética e dos direitos humanos.

O curso foi ministrado na modalidade à distância (via plataforma Moodle, da UAB/UnB) com cinco encontros presenciais, duração de catorze semanas, com carga horária total de 200h/aulas distribuídas em cinco Módulos de Estudo. Como estratégia pedagógica a equipe do GERAJU, inseriu na metodologia do curso a atividade Fórum de Discussão de filme, que ocorria na segunda semana de realização de cada módulo, e, a partir de uma questão norteadora os/as cursistas deveriam postar no ambiente *online* suas interpretações e posicionamentos, relacionando os elementos teóricos que haviam estudado na primeira semana, com o argumento proposto no filme.

A construção da heteronormatividade

Inicialmente apresento uma breve discussão acerca da instituição da norma social referente a orientação sexual, com o intuito de oferecer algumas referências que, embora sumariamente apresentadas neste texto, conduziram as interpretações dos dados.

Diferentes pesquisas têm mostrado que a atitude da escola diante do desafio de se constituir em espaço de construção de interpretações e atitudes que valorizem as diferenças, tem sido o silêncio e a manutenção da matriz heterossexual (cf. CASTRO, ABRAMOVAY, SILVA, 2004; VIANA, RAMIRES, 2008). De acordo com Butler (1990) a matriz heterossexual parte de uma interpretação binária, organizando homens e mulheres em pares opostos, e delimitando papéis de gênero e o desejo, de tal modo que a heterossexualidade passa a ser considerada como a única orientação válida do desejo, e como modelo de avaliação dos sujeitos e seus modos de ser.

Assim, homens e mulheres são classificados na combinação entre sexo, gênero e prática sexual diante da lógica heterossexual de modo que todas as outras combinações são desconsideradas, negadas ou invisibilizadas no cotidiano escolar, já que

a pretensa invisibilidade dos/as homossexuais no espaço institucional pode se constituir, contraditoriamente, numa das mais terríveis evidências da implicação da escola no processo de construção das diferenças. De certa forma, o silenciamento parece ter por fim “eliminar” esses sujeitos, ou, pelo menos, evitar que os alunos e as alunas “normais” os/as conheçam e possam desejá-los/as. A negação e a ausência aparecem, nesse caso, como uma espécie da garantia da “norma” (LOURO, 2001, p.89).

Assim, a homossexualidade é a não norma, formar um par do mesmo sexo, tem caráter transgressor à norma constituída. Ser homossexual significa atentar o instituído, mas, devemos lembrar que o termo foi criado ao longo dos dois últimos séculos, pois o termo homossexual, segundo Torrão Filho & Vainfas (2000), foi utilizado pela primeira vez em 1869 pelo médico húngaro Benkert, para designar relações sexuais entre pessoas do mesmo sexo. O médico a usou numa carta ao ministro da Justiça alemã, que tratava a homossexualidade como crime, argumentando que a homossexualidade era algo inato, portanto deveria ser tratado pela medicina e não pela Justiça.

Em fins do séc. XIX tornou-se necessário controlar e redirecionar o erotismo rebelde e indiferenciado, o “vício que não tinha nome” transformara-se no “amor que não tinha nome”, e a palavra homossexual foi acrescido o sufixo *ismo*, circunscrevendo o sujeito e a prática sexual na categoria de vício e doença (cf. COSTA, 1996).

Ou seja, a distinção negativa do homossexual foi inventada, primeiro na esfera da justiça e tratada como crime e, pelos saberes médicos que defendiam a internação e tratamento psiquiátrico já que era vista como patologia. Contudo, a Associação Psiquiátrica Americana desde a década de 1980 e a Organização Mundial da Saúde desde os anos 1990 não considera mais a homossexualidade como doença, ou seja, a medicina do séc. XX retirou o sufixo *ismo* e introduziu o sufixo *idade*, alterando o vocábulo de *homossexualismo* para *homossexualidade*, inscrevendo a homossexualidade como *uma* das orientações possíveis da sexualidade humana. Mesmo considerada um regime de verdades, neste campo as afirmações da ciência são desconsiderada pela maioria dos livros didáticos (cf.: DINIZ, LIONÇO, 2008) e pelo senso comum.

Entre as tensões geradas pelos saberes médicos, jurídicos, institucionais e religiosos, as orientações da sexualidade humana foram hierarquizadas servindo para classificar, rotular e discriminar, e dando status de superioridade, norma e naturalidade a heterossexualidade, que resulta, neste processo, na heteronormatividade. Como princípio ordenador de compreensões dos indivíduos a heteronormatividade

é um conjunto de prescrições que fundamenta processos sociais de regulação e controle, até mesmo aqueles que não se relacionam com pessoas do sexo oposto. Assim, ela não se refere apenas aos sujeitos legítimos e normalizados, mas é uma denominação contemporânea para o dispositivo histórico da sexualidade que evidencia seu objetivo:

formar todos para serem heterossexuais ou organizarem suas vidas a partir do modelo supostamente coerente, superior e “natural” da heterossexualidade (MISKOLCI, 2009, p.152).

É neste campo que as instituições operam, utilizando a heteronormatividade como prescrição e estratégia para organizar seus funcionamentos e cotidiano, segregando ou silenciando aqueles que estão a margem desta norma, padrão, modelo, matriz. O silêncio em torno da diversidade de orientações afetivos-sexuais possíveis ao ser humano nas escolas, o não reconhecimento ou a invisibilidade de sujeitos homossexuais são estratégias cujo objetivo é manter a heteronormatividade, ou dito de outro modo, manter os corpos de homens e mulheres sob controle.

Segundo Bourdieu (1997) a invisibilidade é uma forma particular de violência simbólica impingida ao indivíduo homossexual, pois ao recusar sua existência publicamente, ao impor uma existência discreta ou dissimulada a uma pessoa homossexual é condená-la a uma vida clandestina, é legitimar a cultura dominante, de modo que os próprios indivíduos passam a acreditar que se precisam dissimular quem são, o que sentem, é porque são algo ruim.

Na lógica do modelo binário homem/mulher, bem/mal, heteronormativo, a linguagem tem um importante papel pois ao ser nominado *homossexual* ou *heterossexual* designa também quem está em vantagem ou desvantagem social, pois como produto da cultura, a linguagem carrega compreensões e produz posturas concretas de dominação, sujeição ou igualdade. Na estratégia de invisibilização o processo é o de silenciamento, ou seja, aquele que é invisibilizado é também não nominado, e as instituições não o reconhecem, ou o desvalorizam. Reconhecer e ser reconhecido trata-se, portanto de uma questão de justiça social, pois

é injusto que, a alguns indivíduos e grupos seja negada a condição de parceiros integrais na interação social, simplesmente em virtude de padrões institucionalizados de valoração cultural, de cujas construções eles não participaram em condições de igualdade, e os quais depreciam as suas características distintivas ou as características distintivas que lhes são atribuídas. Deve-se dizer então que o não reconhecimento é errado porque constitui uma forma de subordinação institucionalizada e, portanto, uma séria violação da justiça (FRASER, 2007, p.112).

Agindo como operadora de sentido, a matriz heterossexual e conseqüentemente a heteronormatividade, não compreende a homossexualidade como forma legítima de existência, produzindo historicamente a exclusão social de homossexuais, e de um modo singular, a invisibilização dos indivíduos com essa orientação sexual nas diferentes instâncias de relações sociais, e ecoa na interpretação e atitude dos/as professores/as.

Da negação a aceitação: um longo caminho a percorrer

No módulo intitulado “Sexualidade e Orientação Sexual” o filme indicado foi *Milk - A voz da igualdade*, de 2009, que conta a história do político norte-americano Harvey Milk, ativista dos direitos civis homossexuais, que assumiu publicamente sua homossexualidade nos anos 70.

A questão norteadora foi “Você considera que pelo fato de uma pessoa não ser heterossexual, deve ter seus direitos civis restringidos (herança, constituição de família, manifestações de afeto em lugares públicos)?”

O fórum do filme foi marcada por tensões, ainda que estas não tenham surgido na semana anterior, quando foram discutidos textos que versavam sobre o mesmo assunto. As imagens tiraram os/as participantes da zona de conforto dada pela invisibilização dos sujeitos homossexuais nas relações sociais, o que se revelou nas postagens.

Ao assistir o filme, assim como a colega x, senti um certo desconforto também, principalmente nas cenas de maior demonstração de afeto entre os personagens. Aliás, não me sinto confortável em discutir este assunto!! Mas como é necessário... (af 2).¹ Vi também que não estou preparada para presenciar demonstrações explícitas de cenas que deveriam estar reservado a locais mais reservados ou próprios para tais atos (af 3).

No grupo podemos ver postagens que revelam posturas de *negação*, bastante reativas a idéia de igualdade entre as diferentes orientações da sexualidade humana, e claramente homofóbicas. Vejamos:

Considero o filme emocionante nas conquistas através do voto pelo protagonista Milk, porque no Brasil há um preconceito enorme em votar em mulheres, negros, nordestinos, lésbicas, travestis e homossexuais, geralmente os políticos precisam mostrar para a sociedade, a sua família e ainda sua religião, Lula e o finado Clodovil realmente quebraram os paradigmas do processo eleitoral brasileiro. Milk defendia a criação de leis para proteger os direitos das pessoas e duas afirmações foram marcantes: “... não podemos permitir a invasão do Estado na vida privada das pessoas...” e “... lute e sonhe para conquistar...” Mas... devo reconhecer que há uma dúvida que não que calar:

- Qual é a relação entre homossexualismo, a prostituição e o uso de drogas? Porque geralmente estão juntos? (af 102)

A relação que há entre homossexualismo, prostituição, lesbianismo e etc.. e drogas é que tanto uma prática quanto a outra, ambas procuram preencher um vazio dentro de seus praticantes que, cada vez mais essa solução se torna mais distante e com isso o envolvimento é cada vez maior, as pessoas que praticam tais ações tentam se justificar com filosofias próprias e sem fundamento da boa moral familiar. Aceitar o praticante sim, acatar a prática jamais, pois que benefício há nestas práticas? Respeito para que não haja discriminação é louvável, mas por outro lado os praticantes também não podem discriminar os que abominam tais atos. Isso é o que penso (af 101).

Ainda que af102 faça referência a eleição de Clodovil afirmando que ele quebrou “os paradigmas do processo eleitoral brasileiro”, e af101 afirme que deve haver “respeito para que não haja discriminação”, podemos identificar que em nenhuma das duas postagens a homossexualidade é vista como legítima, pois af102 a nomina como “homossexualismo” e associa a prostituição e ao uso de drogas, enquanto que af101 explica que essa associação se dá em função de um “vazio”, da ausência de uma “boa moral familiar, e que não se pode discriminar aqueles “que abominam” a homossexualidade.

¹ Para a pesquisa foi utilizado a sigla af que significa aluna seguida de um numero que a individualiza, bem como a sigla am se refere a aluno. Cada uma das postagens foi mantida no original.

Outras se referem a dificuldade de “lidar naturalmente” com a homossexualidade não considerar a homossexualidade como natural:

Como já citei algumas vezes, para mim também é difícil um olhar “natural” frente à homoafetividade e muito disso é fruto da liberdade que tenho de expressar e vivenciar minhas crenças. Porém, vejo que podemos conviver se respeitarmos os direitos de cada um. Penso que o ideal é exterminar atitudes homofóbicas que acabam tirando a vida de pessoas que não cometeram crime, somente não seguiram a heteronormatividade (af 6).

Se compararmos os acontecimentos, vemos que houve um avanço. Hoje existe diversas manifestações em prol da igualdade de direitos dos homossexuais e estas são aceitas pacificamente pela sociedade. Mesmo assim acredito ainda não estarmos preparados para lidar naturalmente com o assunto. Porém é fundamental respeitar a opção sexual do outro, sem criticar, sem julgar e sem excluir (af 103).

Compartilho com você do mesmo pensamento sobre a dificuldade de olhar como “natural” a homoafetividade e às vezes me pego pensando se isto, de certa forma, não é um preconceito. É inegável que a palavra chave é respeito, mas confesso que é muito difícil entender as relações homossexuais (af 8).

Neste grupo podemos identificar a influência do discurso dos direitos humanos quando af6 que é necessário “exterminar atitudes homofóbicas”, ou quando af103 afirma que é preciso “respeitar a opção sexual do outro”, já que “a palavra chave é respeito” segundo af08. Porém todas revelam a lógica binária e heteronormativa e não compreendem que a homossexualidade é tão natural quanto a heterossexualidade, como afirma af8 que “é muito difícil entender as relações homossexuais” e af6 que localiza claramente a heteronormatividade como norma social, e que não segui-la é considerado uma grave infração embora considere que os homossexuais “não cometeram crime”.

Compartilho com as colegas, quanto aos sentimentos ao ver as cenas de intimidades, de trocas de carícias, são sentimentos de... bem, não aceitação, rejeição, enfim, são sentimentos difíceis de serem explicados. Porém, como educadora preciso trabalhar em mim, mudanças de posturas para contribuir e garantir a igualdade de direitos por uma orientação sexual legítima (af 4).

Assim como várias colegas, senti um grande desconforto, rejeição, assustada em assistir o filme, mesmo porque não gosto de cenas de afeto entre homossexuais, não vivo essa realidade talvez seja por esse motivo, fiquei constrangida. É também ainda está enraizada dentro dos meus conceitos a cultura da heterossexualidade. Não concordo com qualquer tipo de discriminação, preconceito, violência contra as pessoas, só por que tem uma opção sexual diferente da minha. Devemos nos lembrar que tal violência também acontece com pessoas que são consideradas excluídas pela sociedade. Ao contrário, devemos estar conscientes, quanto a orientação sexual de cada um. É importante cobrar dos parlamentares que elegemos, da justiça a elaboração e o cumprimento das leis que protejam cada vez mais a diversidade do nosso povo (af 5).

O filme choca porque como já disse não são cenas veladas e sim explícitas de demonstrações de carinho. Eles se gostam e têm o direito de manifestar isso em público, e mesmo que eu não ache normal, não posso sair por aí distribuindo insultos ou apedrejando para mostrar que sou católica e que não admito isto ou aquilo. A questão é que a diversidade deve ser respeitada e que devemos apoiar quem luta pelos direitos de uma minoria (af 39).

Aqui vemos certa abertura para revisão de práticas, pois af4 reconhece sua “não aceitação, rejeição” em relação a “ver” manifestações públicas de afeto entre homossexuais;

af5 afirma que sentiu “um grande desconforto, rejeição” e q “não gosto de cenas de afeto entre homossexuais” e af39 que o “filme choca”, porém todas são contrárias a violência. Vemos em af5 a afirmação de que é contra “qualquer tipo de discriminação, preconceito, violência contra as pessoas, só por que tem uma opção sexual diferente da minha”; af39 aponta que “a diversidade deve ser respeitada” e af 4 admite que como “educadora preciso trabalhar em mim, mudanças de posturas para contribuir e garantir a igualdade de direitos”.

Em outro grupo de postagens vemos que a homofobia resiste, embora os sentimentos diante do filme passem por uma transição para aceitação.

Analisando os textos e em consonância a minha visão pessoal em relação a diversidade sexual, penso que atos de agressões e conflitos dados a diversidade sexual é simplesmente inaceitável, devemos partir do pressuposto de “direito, liberdade e espaço democrático”, portanto o oposto de imposição a ser vencida com violência. Independente da opção sexual os direitos civis devem ser considerados a qualquer cidadão, no tocante as manifestações de afeto, acredito no bom senso, não acho sensato manifestações afetivas exageradas em espaços públicos, tudo tem hora e lugar (af 41).

Também me emocionei com o filme como você e também me senti um pouco constrangida com as cenas explícitas do envolvimento amoroso dos personagens... Acredito que eles também têm o direito de exercerem sua sexualidade livremente, mas às vezes, a herança da heteronormatividade pesa, não é mesmo? (af 6).

Confesso que o filme é bastante estimulante e intrigante pela temática que ele traz, pela carga dramática que apresenta, e por se tornar, neste momento, para mim, um instrumento de análise e reflexão. Contudo, confesso que não seria um filme escolhido por mim para ser assistido no cinema, pois apesar da beleza da história, o tema não me causaria interesse. Confesso, ainda, que algumas cenas de afeto, algumas posturas retratadas no filme causaram-me um certo “desconforto”... Talvez porque, segundo Louro, em seu texto “Gênero, sexualidade e educação: das afinidades políticas às tensões teórico-metodológicas”, “As formas de viver a sexualidade, de experimentar prazeres e desejos, mais do que problemas ou questões de indivíduos precisam ser compreendidas como problemas ou questões da sociedade e da cultura.” e eu, ainda, não tenha conseguido enxergar com naturalidade estas manifestações de afeto (explícitas) entre homossexuais (af 1).

Neste grupo há uma mudança de posicionamento quanto a visibilidade, pois af6 afirma que se sentiu “constrangida” e af1 “um certo desconforto”. Porém af41 afirma que “não acho sensato manifestações afetivas exageradas em espaços públicos” e af1 que “não seria um filme escolhido por mim”. Porém já é possível localizar também neste conjunto de postagens a influência do discurso da igualdade, pois af41 que “Independente da opção sexual os direitos civis devem ser considerados a qualquer cidadão”, ou seja, que os homossexuais segundo af6 “têm o direito de exercerem sua sexualidade livremente” e “têm o direito de manifestar isso em público”.

Nas posturas que denomino *revisão*, pode-se identificar o conflito forçado pela participação no curso, onde questionamentos sobre si e sua história são desenhados, dando espaço para a composição de novas interpretações:

O que, na verdade, me causa maior dúvida é em relação à contratação de professores gays... Por quê? Nem mesma eu sei ao certo. Preconceito? Insegurança? Talvez... Estou, ainda, na fronteira entre as regras “do costume” e as regras “do campo dos

direitos”, que eu abordei no fórum de discussão dos textos. Em relação a isso, acrescento que muito do preconceito e da discriminação que ocorrem em nosso país é devido a nossa dificuldade de encontrar o equilíbrio quando as questões se encontram “nessa fronteira”. Com certeza, sou a favor da igualdade de direitos, independente de sexo, religião, raça, cultura... Mas em alguns momentos, esta tal “construção histórica” da minha formação individual, moral, ética, cristã, profissional, etc, surge como uma “amarra” para os meus pensamentos e não permitem que na ação a minha fala seja coerente com o meu agir (af 9).

Para mim, não seria um filme que me apeteceria ver, senão por obrigação, como aqui no curso... Acredito realmente que todos devem lutar por seus direitos, buscar melhorias de vida em todos os aspectos. Mas no momento em que o direito do outro fere o meu, haverá conflito. Há de ser mediado por alguém competente para tal, pois tenho certeza que há preconceito de ambos os lados - homo e heteros. Confesso abertamente que tenho certos preconceitos quando vi algumas cenas do filme relacionadas ao tema. Já disse isto antes, embora tente veementemente desconstruir e reconstruir meus conceitos acerca da temática, ainda há um longo caminho a percorrer (af 37).

As posições assumidas pelas alunas revelam por um lado a tensão provocada pelo estudo do tema em oposição a sua história pessoal e por outro a disposição de rever seu lugar na sociedade. Em seu texto af9 afirma que “Estou, ainda, na fronteira entre as regras “do costume” e as regras “do campo dos direitos”, reconhecendo que está numa “fronteira” e relata sua luta pessoal entre sua “formação individual” e sua defesa acerca da “igualdade de direitos, enquanto que af37, após reconhecer seus preconceitos, assegura que tenta “veementemente desconstruir e reconstruir meus conceitos acerca da temática”.

Entretanto, podemos ver que o tema pode ser tratado de modo superficial.

É importante que façamos uma reflexão para os direitos e deveres garantidos pela nossa Constituição para todos independente de sua orientação sexual ou sua cor, é necessário que tenhamos em mente que mesmo que não concordemos com a opção de cada um, o respeito pelo outro é essencial nos nossos relacionamentos e não devemos apoiar qualquer tipo de preconceito (af 52).

Vemos na postagem de af52 um posicionamento que reproduz quase mecanicamente o politicamente correto como elemento do filme e dos textos, mas não revela os efeitos desse conhecimento em suas opiniões e atitudes.

Por fim, o último grupo de postagens revela posturas de posturas de *defesa*, de respeito à diferença, seja como reação provocada por algum posicionamento ou como opiniões geradas a partir do filme.

Apreendi muitos conceitos com este filme, e destaco como principal enfatizado em sua trajetória de revolução para a igualdade: o “direito de ser quem realmente penso ser no meu eu interior”, não importa como os outros me vêem, e sim como me sinto diante do mundo para ser feliz e viver em comunhão com o meu grupo. O importante é expressar a minha identidade pessoal sem influências exteriores. Os heterossexuais não são discriminados e os homossexuais também não devem ser, é uma questão de liberdade e igualdade expressão (af 51).

Infelizmente a história de Milk é real, assim como a intolerância que ainda persiste na sociedade ocidental, apesar dos progressos que a política de identidades vem conseguindo e da maior visibilidade política e social que as pessoas não heterossexual vem alcançando. É inaceitável que uma pessoa tenha seus direitos civis restringidos

por conta de sua orientação sexual ou qualquer outro critério racial ou social, todos somos iguais e isso deve ser respeitado em todas as instâncias (af 42).

Acredito que devemos tomar cuidado com afirmações como “somos todos iguais”, pois não somos. Somos todos diferentes e cada um com suas especificidades mesmo dentro das minorias encontramos diferenças brutais. Devemos sim, falar em igualdade de direitos, pois ainda não conseguimos atingir nem mesmo a igualdade perante a lei. No caso do homossexual, percebemos que seus direitos civis são inexistentes, pois não tem direito à herança do próprio patrimônio construído em conjunto com seu parceiro. Dessa forma, percebemos que esse conceito de que somos todos iguais é mais uma legitimação social da negação da homossexualidade e de outras minorias presentes na sociedade, pois se afirmamos que somos todos iguais até mesmo as lutas das minorias perdem o sentido social e político e passam a ser vistas como mais um ato festivo e caricato como nos mostra a mídia todos os anos ao transmitir as paradas do orgulho gay por todo o país (am 50).

Neste grupo vemos o posicionamento contrário a heteronormatividade e a defesa dos direitos dos homossexuais, quando af42 afirma que é “inaceitável” restringir os direitos civis de alguém em função de sua orientação sexual, e af51 utiliza o princípio da igualdade para declarar que “os heterossexuais não são discriminados e os homossexuais também não devem ser”. Vemos ainda um reflexo sobre o reconhecimento da diferença para promover a igualdade em am50 ao expor que deve-se ter “cuidado” ao usar a expressão “somos todos iguais” pois pode conduzir a “legitimação social da negação da homossexualidade” tendo em vista que pode encobrir o “sentido social e político” de atividades que já tem espaço na sociedade e mídia.

É possível identificar entretanto no grupo que faz a defesa da igualdade de direitos civis, posicionamentos destoantes no que se refere a constituição de famílias com casais homossexuais.

Quanto aos direitos, eu sou a favor do casamento de pessoas do mesmo sexo, puxa vida, se meu amigo escolheu o parceiro dele para viverem juntos, estão felizes, todo mundo sabe porque não oficializar? E já que moram juntos, um cuida do outro, dividem tudo e constroem juntos, nada mais justo que ter o direito a herança, porque isso é o desejo do parceiro, porque não respeitarmos? Sei que tudo isso é muito difícil porque fomos criados numa sociedade machista e tradicionalista, mas a única situação que penso que seja mais complicada é a adoção, não por mim, mas pela questão dos valores que fomos criados, com a família constituída pelo pai e mãe e a sociedade ainda não está preparada para um novo modelo de família. Mas em contrapartida é bem melhor essas crianças serem adotadas, terem amor e uma vida com oportunidades que não teria num orfanato, por exemplo, com certeza para elas o que menos vai importar é a escolha sexual de seus pais adotivo (af 7).

E para finalizar, SIM, TODAS AS PESSOAS TÊM DIREITO A TER SUA FAMÍLIA E AMAR E SEREM AMADAS! Ninguém é melhor que ninguém aqui neste planeta para ter privilégio sobre a vida de outro. Parafraseando Sheakespeare, “tanto o Rei quanto o bobo da corte alimentarão o verme após a morte”, portanto, SIM, somos todos iguais para o verme que irá nos devorar. Não interessa se homossexual, heterossexual, homem, mulher, branco, negro, índio ou quem quer que seja (am 105).

A discordância nestes textos diz respeito a constituição de família, pois af7 é favorável a legalização de casais homossexuais mas não acredita que a sociedade esteja preparada para o modelo familiar com casais homossexuais, pois considera o peso “dos valores que fomos criados” e argumenta que no caso de adoção é melhor para a criança ter uma família do que viver num

orfanato, enquanto que am105 é veemente ao assegurar que “todas as pessoas têm direito a ter sua família e amar e serem amadas” e não vê superioridade ou hierarquia entre a pessoas.

A escola surge nas postagens como um ambiente que precisa ser trabalhado para desenvolver a aceitação da diversidade sexual, o que se constitui num desafio:

O filme nos mostra como é difícil viver a igualdade sendo diferente do padrão. Os direitos são direitos, independente da sua opção sexual, sua cor, raça, etc. Nota-se hoje que houve uma evolução no aceitamento e na convivência com os “diferentes”, os que estão fora do padrão, porém sabemos o quanto é difícil assumir a orientação sexual, a sociedade não aceita com naturalidade e a escola ainda está longe de ser um ambiente onde a pluralidade e as diferenças sejam aceitas e trabalhadas, precisamos, como educadores e formadores que somos ampliar o campo de visão, trabalhar com mais naturalidade e acima de tudo simplicidade em se tratando das diferenças, das novas modalidades de família que estão surgindo e levando como exemplo o filme, lutar pelos direitos, tratar de igual pra igual qualquer que seja o indivíduo (af 104). vemos que as pessoas que possuem uma opção diferente sofrem, são discriminadas e sofrem vários tipos de preconceitos, essa é uma realidade de nossa sociedade que ainda não aprendeu a respeitar a diferença. Assim, no contexto escolar devemos fazer uma abordagem clara, objetiva que proporcione o conhecimento e o respeito a todos. Trabalhar essas questões no ambiente escolar e nosso desafio (af 106). Devemos ensinar em nossas escolas, a importância que o outro tem na sociedade, o tanto que podemos crescer se nos unirmos, os direitos são garantidos para todos independente de raça, classe social, orientação sexual. Mostrar as nossas crianças que a diversidade faz parte da vida e que é com ela que construímos um mundo melhor para todos (af 53).

Vemos neste conjunto de postagens que a tarefa de formar para uma sociedade justa ainda está em processo inicial de construção pois, como afirma af104 a instituição escolar “ainda está longe de ser um ambiente onde a pluralidade e as diferenças sejam aceitas e trabalhadas”. Porém há uma disposição nestes participantes de assumir riscos, como indica af104 “ampliar o campo de visão”. Com af 106 vemos que educadores e educadoras ao tratar o tema na escola devem “fazer uma abordagem clara, objetiva”, de modo que a escola segundo af53 mostre que “a diversidade faz parte da vida”.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Forçados a refletir a partir de imagens e não apenas de textos teóricos, as postagens demonstraram que há três grupos distintos entre os professores analisados. As postagens revelaram posturas completamente homofóbicas, que negam a diversidade sexual, outras que demonstram uma crescente aceitação da diversidade sexual embora evidenciem uma transição, já que estão em processo de aceitação e aquelas que já têm consolidado uma interpretação baseada no reconhecimento da diferença e na igualdade e assumem uma postura de defesa dos homossexuais com fundamento nos direitos humanos. Neste último grupo se inserem aqueles que compreendem a escola como instituição que não deve ser omissa no encaminhamento do tema da diversidade de gênero e sexual.

A lógica heteronormativa foi construída ao longo da organização da sociedade moderna, é uma invenção discursiva e não representa as múltiplas possibilidades de combinação sexo -

gênero - sexualidade. O espaço escolar é palco da diversidade sexual, pois homens e mulheres, garotos e garotas trazem acoplados em seus corpos significados de ser e estar no mundo a despeito da hierarquia erigida e das segregações impostas.

É necessário que professores e professoras assumam o compromisso ético de demonstrar que as formas de orientação da sexualidade, não podem ser hierarquizadas, ou heteronormatizada, e que toda forma de discriminação, segregação e exclusão social foi construída em determinado tempo e lugar, através das relações sociais, logo cada um de nós pode contribuir para que sejam desconstruídas e superadas.

Pensar numa sociedade justa implica em reconhecer, respeitar e garantir direitos as diferentes formas de viver sexual, amorosa e afetivamente, aos diferentes sujeitos e suas combinações sexo-gênero, de modo que a todos fosse garantida a igualdade - integrando o econômico, o social e o cultural - como base das relações sociais.

REFERÊNCIAS

- BOHNSACK, Ralf, WELLER, Wivian. **O método documentário e sua utilização em grupos de discussão**. In: WELLER, Wivian ; PFAFF, Nicole. **Metodologias da pesquisa qualitativa em educação: teoria e prática**. Petrópolis, Rio de Janeiro:Vozes, 2010.
- BOURDIEU, Pierre. Quelques problèmes de l'histoire lesbienne. In. ERIBON, Didier. **Les études gay e lesbiennes**. Paris: Centre Georges Pompidou, 1998
- CASTRO, Mary G.; ABRAMOVAY, Miriam; SILVA, Lorena B. **Juventudes e sexualidade**. Brasília, DF: UNESCO, 2004.
- DINIZ, Débora; LIONÇO, Tatiana. Homofobia, Silêncio e Naturalização: por uma narrativa da diversidade sexual. **Psicologia Política** . vol. 8. nº 16 . jul - dez 2008. p. 307 - 324.
- FRASER Nancy. Reconhecimento sem ética? **Lua Nova**, São Paulo, nº 70, p. 101-138, 2007.
- FOUCAULT, Michel. **Microfísica do poder**. Tradução Roberto Machado. 11. ed. Rio de Janeiro: Graal, 1979.
- _____. **História da sexualidade: a vontade de saber**. Tradução M. Thereza Albuquerque e J. A. Guilhon Albuquerque. 11. ed. Rio de Janeiro: Graal, 1988.
- LOURO, Guacira Lopes. **Gênero, sexualidade e educação: uma perspectiva pós-estruturalista**. 3ªed. Petrópolis: Vozes, 1997
- _____. O currículo e as diferenças sexuais e de gênero. In: COSTA, M.V. (Org.). **O currículo nos limiões do contemporâneo**. Rio de Janeiro: DP&A, 2001.p.89
- _____. Gênero, sexualidade e educação: das afinidades políticas às tensões teórico-metodológicas. **Educação em Revista**. 2007, n.46, p. 201-218.
- _____. Gênero e sexualidade: pedagogias contemporâneas. **Pro-Posições**, v. 19, n. 2 - maio/ago 2008, p.17-23.
- MISKOLCI, Richard. A Teoria Queer e a Sociologia: o desafio de uma analítica da normalização. **Sociologias**, Porto Alegre, n. 21, June 2009, p.150-182
- MOEHLECKE, Sabrina. **As políticas de diversidade na educação no governo Lula**. *Cadernos de Pesquisa*, Ago 2009, vol.39, no.137, p.461-487.
- VIANNA, Claudia; RAMIRES, Lula. A Eloquência do Silêncio: gênero e diversidade sexual nos conceitos de família veiculados por livros didáticos. **Psicologia Política** . vol. 8. nº 16 . jul/dez 2008. p. 345 – 362.